



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-552-5 DOI 10.22533/at.ed.525192108 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AFETIVIDADE SOB O OLHAR DE DOCENTES DE UM CURSO DA ÁREA DA SAÚDE	
Eliane Caldas da Silva	
Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.5251921081	
CAPÍTULO 2	14
A AFRICANIDADE PRESENTE NA OBRA DE IRINEU RIBEIRO	
Abinair Maria Callegari	
DOI 10.22533/at.ed.5251921082	
CAPÍTULO 3	27
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO PARANÁ: A DÉCADA DE 1990	
Patricia da Silva Zanetti	
Isaura Mônica Souza Zanardini	
Lucia Terezinha Zanato Tureck	
DOI 10.22533/at.ed.5251921083	
CAPÍTULO 4	36
A IMPORTÂNCIA DA FESTA DO PINHÃO, PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO, LINHA DOS POMERANOS, AGUDO/RS	
Kátia Fernanda Barrim Paz	
Natália Laura Prodorutti	
Ricardo Henrique Klüsener	
DOI 10.22533/at.ed.5251921084	
CAPÍTULO 5	48
A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO PATERNO NO DESEMPENHO ACADÊMICO INFANTIL	
Lisiane Pires Silva	
Daniela Neris Gonçalves	
Morgana Mariano Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5251921085	
CAPÍTULO 6	64
A MESORREGIÃO NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DO PERFIL DEMOGRÁFICO E EDUCACIONAL DAS DESIGUALDADES DE UM BRASIL DESCONHECIDO	
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921086	
CAPÍTULO 7	78
A MÚSICA, O SOM E O SILÊNCIO NA CORPOREIDADE	
Ana Paula Silva Guimarães	
Wylka Aquino da Silva	
Alzenira de Carvalho Miranda	
Sônia Bessa	
DOI 10.22533/at.ed.5251921087	

CAPÍTULO 8	90
A PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE PELO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira Munir José Lauer	
DOI 10.22533/at.ed.5251921088	
CAPÍTULO 9	102
A SUBVERSÃO DO CURRÍCULO: MÃE DE SANTO COM CURRÍCULO LATTES E OUTROS ENFRENTAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO IFMS	
Guilherme Costa Garcia Tommaselli Gilmar Ribeiro Pereira Leandro Passos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921089	
CAPÍTULO 10	114
ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ESTÁTICO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Wanessa Eloyse Campos dos Santos Josielen de Oliveira Feitosa Meire Ferreira Pedroso da Costa Robson Alex Ferreira Ruth Alves de Souza Sandra Simone Silva Cruz Viviany da Silva Brughnago	
DOI 10.22533/at.ed.52519210810	
CAPÍTULO 11	124
APRENDIZADO DO BRAILLE: ACESSO AO CONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO	
Márcia Raimunda de Jesus Moreira Silva Diná Santana de Novais Lucimara Morgado Pereira Lima Luciana Costa Souza Marta Martins Meireles Nélia de Mattos Monteiro Tháise Lisboa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210811	
CAPÍTULO 12	138
AS AÇÕES EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR: E AS IMPLICAÇÕES SÓCIOESPACIAIS	
Gilmar Oliveira da Silva Patrícia Almeida dos Santos Cristiane Oliveira dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210812	
CAPÍTULO 13	145
ATENDIMENTO A ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PARA REDES MUNICIPAIS DE ENSINO	
Kamile Lima de Freitas Camurça Gleíza Guerra de Assis Braga Antonio Nilson Gomes Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210813	

CAPÍTULO 14	150
<i>BULLYING</i> E DIREITOS HUMANOS: UM DIAGNÓSTICO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO EPAMINONDAS, CUIABÁ, MT	
Gilson Pequeno da Silva Deyvison Ronny da Silva Lopes Rodney Mario de Almeida Raquel Martins Fernandes Mota	
DOI 10.22533/at.ed.52519210814	
CAPÍTULO 15	156
COMO VAI O NOSSO TRÂNSITO?	
Jaci Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210815	
CAPÍTULO 16	168
CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES DESSES DIREITOS NA ATUALIDADE	
Roberta Moraes Simione Denize Aparecida Rodrigues de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.52519210816	
CAPÍTULO 17	179
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO NÍVEL MÉDIO DA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE GUERRERO	
Herlinda Gervacio Jiménez Benjamín Castillo Elías	
DOI 10.22533/at.ed.52519210817	
CAPÍTULO 18	191
DESAFIOS E POSSIBILIDADES: CULTURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM DUAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	
Aruanã Antonio dos Passos Wilson de Sousa Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52519210818	
CAPÍTULO 19	202
DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM MICROCEFALIA E PARALISIA CEREBRAL	
Josielen de Oliveira Feitosa Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Ruth Alves de Souza Meire Ferreira Pedroso da Costa Sandra Simone Silva da Cruz Viviany da Silva Brugnhago Victor da Cruz Valle	
DOI 10.22533/at.ed.52519210819	
CAPÍTULO 20	212
DIVISÃO DO TRABALHO EM CRECHES PÚBLICAS EM MEIO A DISPUTAS LEGAIS: O CASO DE MAUÁ/SP	
Sanny S. da Rosa Fernanda Feliciano de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.52519210820	

CAPÍTULO 21	233
“DO CÉU SÓ CAI CHUVA”: CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA	
Priscila Chuarts Alessio	
Márcia Andréa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210821	
CAPÍTULO 22	244
EARLY DIAGNOSIS TO THE PEDIATRICS CANCER: THE TELE-EDUCATION IN FAVOUR	
Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros	
Kayse Mariano Santos Barros	
Magaly Bushatsky	
Jocasta Bispo de Santana	
Vera Lúcia Lins de Moraes	
Raul Antônio Moraes Melo	
Paula Rejane Beserra Diniz	
Magdala de Araújo Novaes	
Helana Maria Ferreira Renesto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210822	
CAPÍTULO 23	257
INVERTENDO PRIORIDADES NAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO	
Odorico Ferreira Cardoso Neto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210823	
CAPÍTULO 24	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO	
Maria Helena Mena Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.52519210824	
CAPÍTULO 25	288
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: UM TRABALHO EM CONSTRUÇÃO	
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
Priscila Moreira Corrêa-Telles	
Lucianna Ribeiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210825	
CAPÍTULO 26	297
ENSINO COLABORATIVO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O TRABALHO COM ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS REFLEXÕES	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210826	
CAPÍTULO 27	307
ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS	
Michelle Castro Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210827	

CAPÍTULO 28	321
LETRAMENTO CARTOGRÁFICO NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O <i>GOOGLE EARTH</i> COMO RECURSO DIDÁTICO NUMA PROPOSTA DE ENSINO HÍBRIDO	
Jonas Marques da Penha Andréa de Lucena Lira Alexsandra Cristina Chaves Rucélia Patricia da Silva Marques	
DOI 10.22533/at.ed.52519210828	
CAPÍTULO 29	334
LETRAMENTO E LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210829	
CAPÍTULO 30	345
LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA: REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NO DISCURSO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Camila Bonin Liebgott Rosa Maria Hessel Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	359
ÍNDICE REMISSIVO	360

CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES DESSES DIREITOS NA ATUALIDADE

Roberta Moraes Simione

Programa Pós-Graduação em Educação –
Universidade Federal de Mato Grosso - PPGE/
UFMT
Cuiabá-MT

Denize Aparecida Rodrigues de Amorim

Programa Pós-Graduação em Educação –
Universidade Federal de Mato Grosso - PPGE/
UFMT
Cuiabá-MT

RESUMO: Diante de cenários atuais conflituosos em torno das questões de direitos humanos, em vários meios da sociedade no mundo, voltar a origem e compreender a abordagem do tema pela filósofa Hannah Arendth pode nos ajuda a direcionar para práticas educativas propositivas na questão. Seu livro publicado há meio século correlaciona vários anos de teoria política, embasada nos filosóficos clássicos e foram refletidos na sua práxis em muitos períodos que transformaram o século XX. Assim o objetivo é apresentar algumas contribuições sobre direito, igualdade e liberdade à luz da teoria política da filósofa Hannah Arendt, afim de possamos pensar em outras alternativas educativas em direitos humanos. Temas como migrações, trabalho análogo a escravidão e povos indígenas nos ajudam a compreender como o conceito chegou até nossos dias, com leituras de autores

contemporâneos. Consideramos sobremaneira a importância de tecermos tais reflexões para uma formulação de uma Educação em Direitos Humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Educação. Violações De Direitos Humanos.

CONCEPTION OF HUMAN RIGHTS AND VIOLATIONS OF THESE RIGHTS AT PRESENT

ABSTRACT: Faced with the conflicting current sceneries around human rights issues, in several social spheres around the world, coming back to the origin and understand the approach of the subject by the philosopher Hannah Arendth can help us to guide to the educational propositional practices into the issue. Her book published half a century ago correlates several years of political theory, based in classical philosophies and they were reflected in her praxis in many periods that changed the twentieth century. In this manner, the aim is to submit for consideration some contributions about law, equality and freedom in accordance with the philosopher Hannah Arendt's political theory, so that we can think about in other educational ways in human rights. Subjects such as migrations, resembling work to the slavery and indigenous peoples help us to understand how the concept got into today, with

contemporary authors' readings. We consider the relevance about such reflections for an elaboration of a Human Rights Education.

KEYWORDS: HUMAN RIGHTS. EDUCATION. VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS.

1 | PROPÓSITOS DAS REFLEXÕES EM DIREITOS HUMANOS.

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas contribuições sobre direito, igualdade e liberdade à luz da teoria política da filósofa Hannah Arendt, afim de possamos pensar em outras alternativas educativas em direitos humanos.

Com propósito de obter um entendimento da teoria política de tal autora, consideramos importante acompanhar seu envolvimento e produção acadêmica, contextualizando historicamente o período em que a obra “A condição humana” fora publicada.

Apresentaremos, nestes termos, compreensões e algumas reflexões sobre a leitura propositiva da obra “A condição humana”, de modo a relacioná-las aos contextos mais gerais e atuais sobre a política de direitos de grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Partimos, assim, da premissa que a promoção dos direitos humanos nos marcos históricos da revolução francesa, da independência das colônias americanas e da Declaração Universal de 1948, cunhada após a Segunda Guerra Mundial, corrobora para uma nova compreensão da política de direitos nas sociedades contemporâneas.

Entendemos ser pertinente, porém, tecer algumas considerações sobre outras problemáticas ou questões correlacionadas à teoria política de Hannah Arendt. Assim, refletindo sobre liberdade, igualdade e direito a ter direitos, pontuaremos sobre migração – questão dos refugiados, direitos dos povos indígenas e trabalho escravo.

2 | CONTEXTO DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT: COMPREENSÕES

Nascida em 14 de outubro em 1906, em Hannover, na Alemanha, Hannah Arendt, de origem judia, teve a oportunidade de vivenciar momentos históricos que mudariam as direções políticas e sociais de toda a história recente, como: a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918); a Revolução Russa (1917); a Grande Depressão (crise econômica de 1929); a instauração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922 – 1991); a Guerra Civil Espanhola (1936 - 1939); a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945); a instauração da República Popular da China (1949 – 1976), a Guerra da Coreia (1950 – 1953); a Guerra do Vietnã (1955 – 1975); a Revolução Cubana (1959); Guerra Fria (1945 -1991); e o Apartheid (1948 – 1994).

Ao protagonizar as disputas imperialistas, nacionalistas e neocolonialismo das nações europeias, asiáticas e americana, a Primeira Guerra Mundial resultou em

24 milhões de mortes humanas e o uso de novas armas de destruição de vidas entraram na sociedade para potencializar conflitos. Seu término se resumiria no colapso de regimes monárquicos e na ascensão dos Estados Unidos das Américas – EUA, como uma potência política e econômica mundial (DAEHNHARDT, 2014). Já a Revolução Russa que aconteceu em Petrogrado, no dia 25 de outubro de 1917, apresentou ao mundo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, tendo Lênin como um líder que expressaria e influenciaria a teoria marxista e revolução comunista no mundo (SECCO, 2017). Tais acontecimentos e o surgimento de novas concepções ideológicas oriundas destes fatos históricos trariam à tona um novo entendimento de mundo.

Foi neste clima de instabilidade política e econômica que Arendt se formou e desenvolveu um pensamento que influenciaria todo o que concebemos sobre o termo de direitos humanos. Desde de sua entrada para a Universidade de Marburg/Alemanha, em 1924, passando em 1926, pela Albert Ludwig, em Freiburg, e terminando seu doutorado em Filosofia na Universidade de Heidelberg, cuja tese era “O Conceito de Amor em Santo Agostinho” (CORREIA, 2006), Arendt se tornaria conhecida como filósofa ou teórica política.

Em 1933, porém, engajada na luta política e ideológica contra o nazismo, Arendt se afastaria da filosofia para compor o grupo de resistência anti-nazismo. Ela foi presa neste mesmo ano pela Gestapo, polícia secreta do Estado Alemão, e ficaria retida por oito anos e seguiria, posteriormente, para Genebra, Praga e Paris. Nesta última cidade, morou por seis anos e trabalhou com crianças expatriadas. Adiante, seguiu para Portugal e depois para os EUA, e como sobrevivente do holocausto escreveria os livros “Origem do Totalitarismo” (1951) e “Eichmann em Jerusalém” (1963), cujo propósito consistia em tentar compreender como surgiu a “máquina de destruição”. Após ficar por dezoito anos apátrida (o regime nazismo havia tirado sua nacionalidade em 1937), em 1951, receberia cidadania americana (CORREIA, 2006).

Até sua morte, Hannah publicaria livros de ampla relevância sobre o tema de filosofia política e, dos vários existentes abordaremos neste artigo um de grande expressão intelectual - “A Condição humana”, de 1958. Arendt veio a falecer em 1975, nos EUA, aos 69 anos, influenciando todo um pensamento sobre direitos humanos que até os dias se torna referência. Ela para além de refletir sobre as condições da vida humana, sentiu na pele todo o ódio de sobre sua origem étnica, e pode engajar, lutar, refletir e se tornar um forte expoente sobre o assunto.

3 | ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA OBRA: “A CONDIÇÃO HUMANA”

A obra *A condição humana* apresenta-se, segundo a autora, como uma tentativa de resposta sobre como e porque foi possível o totalitarismo, negador da liberdade.

Mais do que uma tentativa em apresentar quais condições de vida foram dadas aos “homens” para manutenção de sua existência, Arendt argumenta que a mesma foi condicionada, pois o contato dos “homens” com seu entorno origina uma condição a sua existência.

O estudo das três atividades que integram a *vida activa* (obra, trabalho e ação) permite compreender sobre a liberdade dos seres humanos no espaço público. As respectivas condições das tais atividades citadas se relacionam à sobrevivência da espécie via processo biológico; à feitura de artefatos que possibilitem a manutenção da existência humana; e uma ação exercida entre os seres humanos destituídos de mediações de coisas: a atividade política.

Segundo Arendt (2018), as três atividades que compreendem a *vida activa* estão relacionadas com uma condição mais geral da existência humana como: nascimento e morte:

O que quer que toque a vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. Por isso os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que adentra no mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. (ARENDR, 2018, p. 12).

A autora pondera, porém, que a condição humana não é o mesmo que natureza humana. As capacidades e atividades que os homens e as mulheres possuem e desenvolvem condizem com a condição humana, necessárias à sua existência, e não é equivalente à natureza humana. A exemplo de mudança da condição humana consiste no processo migratório, no qual implica aos migrantes viver mediante as condições criadas por eles e, mesmo nesta situação não deixariam de ser estes mesmos indivíduos condicionados por outrem ou da sociedade da qual partilha costumes e tradições.

Sob este prisma, entendemos que as atividades desenvolvidas são condicionadas porque os seres humanos não vivem isolados, mas juntos e somente possível pela ação política, a qual consiste em estar em companhia uns dos outros. Segundo Arendt (2018, p 11) “os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição a sua existência”, e por isso que para a ação política somente existe num espaço entre as pessoas, neste espaço coexiste o *amor ao mundo* e a *liberdade*. Por fim, quanto à natureza humana, Arendt expõe como um problema já apresentado por Santo Agostinho, tanto no sentido psicológico como filosófico, quando revela que sua compreensão é incerta e impossível de conhecer. Complementa que definir e determinar a essência de todas as coisas que se encontram no nosso entorno é improvável.

Diante da apresentação acima, elucidamos que a autora procura descrever a oposição e diferença existente entre as concepções modernas e antigas sobre

política.

O ser humano, em conformidade com o contexto apresentado acima, é um animal social ou político. Isto porque direta ou indiretamente possui sua existência condicionada mediante a existência com outros seres humanos, pois do contrário seria apenas um *animal laborans*, destituído da qualidade humana, atentando somente às necessidades biológicas necessárias para sua subsistência.

Diferente do *animal laborans*, o *homo faber* seria o fabricante, porém inserido numa esfera social, em uma comunidade onde as atividades do mesmo passariam a ser condicionadas. Deste modo, ao estar “entre” os outros homens, seus iguais e ao mesmo tempo diferentes, a relação consistiria numa ação política e das atividades existentes, esta era a única que não podia ser pensada fora da comunidade.

Com o advento da cidade-Estado, o homem receberia uma vida privada (lar – *oikia* e uma família) e uma vida pública – *bios politikos* – neste termo, a palavra homem se refere a gênero homem. E todo cidadão participaria dos dois espaços de existência: domínios públicos e domínios privados. Esta diferenciação dos domínios origina-se da própria fundação da *polis* grega.

A atividade necessária no exercido do domínio público, também chamado por Aristóteles de *bios politikos*, era a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*). Como atividades complementares, a ação e o discurso se resumiriam na própria ação política legitimada por meio das palavras que caminhariam para a persuasão.

A persuasão, caracterizada por enfrentar e responder, traria à tônica da coragem política e, desta maneira, as coisas seriam resolvidas na *polis*, sem violência e força. Assim, “ser político, viver em *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência” (ARENDDT, 2018, p.32). Para Hannah, a ação política ou o agir funda-se na política, relação dialógica entre iguais, entretanto, havendo violência não há política e, tão pouco liberdade e igualdade (HAN, 2017).

Para Arendt, domínios público e privado correspondem ao domínio da política e da família, respectivamente. A divisão destes domínios e não violação dos domínios privados pela *polis*, decorre da sacralidade que cercavam cada propriedade, e o limite imposto era que somente o cidadão e, portanto, possuidor de uma casa, poderia participar dos domínios públicos.

Como espaço público, na *polis*, o cidadão poderia expressar sua liberdade porque se circunscrevia no domínio do social - o que já não acontecia do mesmo modo no lar. Nesta esfera, como salienta a autora estudada, os homens viviam juntos porque tinham necessidades e também carências, própria para manutenção da vida e “que, para sua manutenção e sobrevivência individual, assim como a vida da espécie, requer a companhia dos outros” (ARENDDT, 2018, p.37).

Por ser diferente, a esfera pública ou *polis* da do lar, neste espaço ou domínio, havia uma severa desigualdade, estando as mulheres e escravos privados de liberdade. Governados pelo chefe, todos no lar estavam sujeitos às ordens do governante. Este, por sua vez, somente era considerado livre quando deixava o

lar e ingressava ao domínio público ou político, pois nesta esfera estaria entre seus iguais, ninguém comandava e ninguém era comandado. A igualdade para os gregos era a essência da liberdade, ou seja, “ser livre significava ser isento de desigualdade presente no ato de governar e mover-se em uma esfera na qual não existia governar nem ser governado” (ARENDR, 2018, p.40).

Para Arendt, no mundo moderno domínio público e privado não há uma diferença muito nítida entre si. A política ao possuir uma função de interesse social, o domínio privado também seria transformado ao ser considerado como uma preocupação coletiva.

Ao trazer tais concepções políticas de tempos antigos, a autora nos permite refletir acerca das questões que engendram e organiza a sociedade nos dias atuais. Ainda que houvesse divisão entre os domínios públicos e privados na Grécia Antiga e, que cada esfera apresentasse dinâmicas diferenciadas, é possível pensarmos sobre as formas de direitos e também deveres que pertenciam a cada indivíduo neste período. E, com isso possibilita ainda compreender o modo como ocorreu estas transformações a fim de que possamos visualizar como se processa ou ocorre a política na atualidade.

Deste modo, embora presente no mundo antigo, sem que incorramos em anacronismo, é importante enfatizar que o entendimento de igualdade na atualidade é muito diferente da maneira como esta se configurava na esfera pública na Grécia antiga (ARENDR, 2018). Não sendo a igualdade naquela sociedade extensa a todas as pessoas, mas somente ao cidadão da *polis*, o mesmo que no domínio privado era o chefe ao qual cabia a governabilidade da esfera doméstica - onde a relação entre os sujeitos neste domínio não ocorria entre iguais. Atribuídos de direitos e deveres específicos no domínio privado, esta concepção seria modificada posteriormente e uma nova forma de direitos seria estabelecida.

4 | TRANSFORMAÇÕES DAS CONCEPÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: COMO COMPREENDEMOS HOJE.

No entanto, sabemos que as transformações nos séculos seguintes, principalmente dinamizadas pela influência das teorias dos filósofos contratualistas do século XVIII, impulsionariam a eclosão da revolução francesa e outras revoluções em favor da independência das colônias americanas, ansiosas pelo direito a terem direitos às suas liberdades sociais, políticas e econômicas, uma vez que há muitos séculos se encontravam sob julgo imperialistas inglês, português, espanhol, holandês e francês.

Contradições referentes às igualdades de direitos e respeito às liberdades individuais e coletivas, trazidas à tona por estes movimentos políticos, tornaram-se inevitáveis. E, foi nesta frequência que a concepção dos direitos humanos foi forjada

e construída.

Com os marcos históricos acima relatados, temos assim, na “A Declaração da Independência dos Estados Unidos” (1776) e na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), enunciados que tornar-se-iam significativos para a nova conjuntura social e política que se formaria nos séculos XX e XXI. A premissa com o anúncio e a proclamação de tais marcos era a esperança que a universalidade dos direitos humanos e a posse de direitos inalienáveis emergissem nos estados democráticos em contraponto a estados absolutistas e despóticos. Pertinente destacar que, neste período, os seres humanos assim deixariam de ser súditos para serem cidadãos (RIBEIRO, 2003).

Das “contradições inevitáveis”, salientamos, segundo Santos (2013), o fato de a promoção dos direitos humanos terem criados sentido de pertencimento em duas coletividades distintas: uma relacionada à humanidade e a outra seria a dos cidadãos de um determinado estado. Mesmo que a implantação desta política consistia em garantir “dignidade aos indivíduos sempre e quando os direitos de pertença a uma coletividade política não existissem ou fossem violados” (SANTOS, 2013, p. 50), a sua implementação não se deu por igual ou a contento na maioria dos países.

Ao contrário ao que se almejava, segundo Brito (2013), os direitos humanos seriam subordinados à soberania nacional e o Estado assumiria “o monopólio da produção de direito e de administração de justiça” (SANTOS, 2013, p. 48). Ao ser separado da sua tradição revolucionária, os direitos humanos passariam a uma ação destituída de política, uma vez que não engendraria transformações sociais em benefício da igualdade de direito a todos os cidadãos (SANTOS, 2013).

Para alguns intelectuais a discussão que tem sido formada entorno da concepção de direitos humanos trata-se de uma das questões mais perturbadoras da atualidade pelo fato de muitas pessoas não serem sujeitos de direitos, mas somente objeto de discurso de direitos humanos (SANTOS, 2013).

Sabemos que o imperialismo que se faria presente no século XIX e XX e a promoção de ideologias racistas neocolonialistas mudariam novamente o curso da História e, mais uma vez, observaríamos uma narrativa histórica de direitos sem direitos. Engendrados durante o período entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial, o fascismo, o nazismo e o stalinismo instaurariam políticas de extermínio denominado de “lixo humano” por serem indesejáveis e fúteis (BAUMAN, 2007).

Ao promoverem a destituição de alguns indivíduos de serem inseridos na ação política, justamente por não serem iguais aos arianos ou a qualquer povo, sociedade ou grupo étnico imperialista, tal segregação e estigmatização tornar-se-ia justificável em razão da natureza humana destes mesmos indivíduos para aquele regime. Diante deste conflito ideológico e político, oportuno considerar a concepção de natureza humana para Arendt, a qual ao se reportar às de Santo Agostinho, defendia quão incerto seria obter a essência natural das coisas e que tão pouco seria possível constatar que todos os seres humanos sejam iguais.

Num clima de tensão, disputas e desigualdades sociais, o final desta narrativa histórica, nos meados do século passado, já conhecemos. Ao pensar neste enredo novelístico ou comédia de horror, o que ou quem deslegitimou alguns sujeitos de não serem iguais ou diferentes, mas de não serem mais? Ou quem ou que os destitui dos direitos ou do direito à ação política? Desta celeuma coadunamos que:

gradualmente, o discurso dominante dos direitos humanos passou a ser o da dignidade humana consoante com as políticas liberais, com o desenvolvimento capitalista e suas diferentes metamorfoses (liberal, sócia-democrático, dependente, fordista, pós-fordista periférico, corporativo, estatal, neoliberal etc.) e com o colonialismo interno, racismo, trabalho análogo ao trabalho escravo, xenofobia, islamofobia, políticas migratórias repressivas, etc.). Temos de ter em mente que o mesmo discurso que de direitos humanos significou coisas muito diferentes em diferentes contextos históricos e tanto legitimou práticas revolucionárias como práticas antirrevolucionárias. (SANTOS, 2013, p. 48-49).

Deste modo, pensando nas reflexões de Arendt, é possível perceber a destituição de direitos efetivados pelo condicionamento, poderíamos dizer política liberal, a que os sujeitos foram submetidos. Condicionados na esfera pública é perceptível observar a violação de direitos ou a destituição das liberdades imputadas a muitas pessoas, tornando as mesmas em muitos momentos incapazes de subverterem à violação de direitos.

5 | SOBRE MIGRAÇÃO, DOS REFUGIADOS, DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E TRABALHO ESCRAVO: ALGUMAS QUESTÕES.

A violação de direitos faz emergir várias problemáticas sociais na atualidade que por sua vez subvertem a “normalidade”, tais como: a proteção e assistência de migrantes forçados ou refugiados; direitos dos povos indígenas; e, trabalho escravo. E, das questões expostas acima, apresentaremos alguns exemplos à luz da teoria apresentada.

Segundo Bauman (2017), sabendo que a migração não é fenômeno, mas os contornos que adquiriu na atualidade, sejam de migrantes econômicos ou refugiados, protagonizam uma história recorrente que constantemente os desqualifica como seres humanos.

Por diversas vezes grupos humanos transgrediram e transgredem fronteiras territoriais, culturais e nacionais, seja por razões de sobrevivência, de motivações culturais, religiosas ou mesmo em função das relações de parentesco e, este fenômeno tem se mostrado contínuo, uma vez que seres humanos resistem em ficarem reclusos aos limites dos territórios políticos nacionais estabelecidos (HALL, 2013).

Por estarem em situação de vulnerabilidade econômica e social, os refugiados, especificamente, sofrem com esta situação pois, existindo no limite se veem destituídos de algumas atividades da dignidade (trabalho, obra e ação) necessárias

à existência humana (ARENDR, 2018). Isto porque, lembrando Arendt, o trabalho possibilita a sobrevivência da espécie, a obra e o que resulta dela, ou seja, o artefato confere meios necessários para do desenvolvimento da vida material, e a ação como atividade política permite a existência da própria história.

Neste limite da condição humana de grupos em situação de vulnerabilidade, ainda nos deparamos com um mundo narcisista regido pelo culto ao *self* (BAUMAN, 2017), do mundo voltado para si mesmo, um retrato de uma sociedade alienada e doentia. Estimuladora de consumo e culto a si, tal sociedade se organiza para o exercício de um consumo exacerbado, tornando seres humanos homogêneos e de fácil manipulação.

Numa perspectiva de perda de si próprio nos deparamos como uma sociedade que destitui estes mesmos seres de sua própria existência humana, ou seja, uma vida alicerçada no trabalho, obra e ação, resultando lamentavelmente numa realidade de trabalhadores sem trabalho (ARENDR, 2018). Em outra interpretação, é um retrato fiel de uma cegueira moral alheia aos sofrimentos humanos (BAUMAN, 2017) do tempo presente.

Por bem lembrar a teoria que o *homo faber* é excluído daquilo que rege sua própria existência e, neste sentido, a sua condição humana (ARENDR, 2018), a este mesmo ser humano é desautorizado a responsabilidade moral, pois não seria digno de respeito e, neste caso também, passível de desprezo e ausência de atenção.

É neste contexto que chegam os “estranhos à nossa porta”, pessoas consideradas como ameaça às regras estabelecidas e que carregariam em si a própria negação da moral (BAUMAN, 2017).

Mas, que moral é esta? E, quais são os princípios éticos que orientam e promovem guerras e consumo exacerbado de poucos em detrimentos muitas pessoas e espécies? Entre nós, estabelecidos, e eles, *outsiders*, onde está a regra que legitima a negação de si em detrimento do narcisismo do outro? As reflexões filosóficas de Hanna Arendt sobre a busca pela origem da alienação do tempo presente apresentam uma paisagem desoladora ao observar que a problemática não consiste na afirmação de novos valores ou constituição de uma nova moral, mas na “negação da moral em si” (BAUMAN, 2017).

Dos direitos dos povos indígenas, as narrativas históricas e estudos antropológicos registram que muitos povos indígenas, que habitam a região amazônica do Brasil, foram feitos escravos, dizimados ou sofreram com a implantação de projetos econômicos gananciosos e desenvolvimentistas. A fim de garantir seus direitos e integridade física, territorial e indenitária, “novos instrumentos internacionais, como a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 1989, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas” (CUNHA, 1994, p. 128) foram criados com o propósito de protegê-los e ao mesmo tempo integrá-los à sociedade não-indígena.

Entretanto, sabe-se que aqueles tais projetos desenvolvimentistas acabariam

por impô-los a um dever de assimilação e não somente a um direito à igualdade. Para Cunha (1994), o direito à igualdade preconizado pela ideologia liberal, intensificado pós Segunda Guerra Mundial, impactaria drasticamente os projetos societários das sociedades indígenas.

Infelizmente dos projetos implantados aos indígenas que ferem os seus societários, muito pouco sabemos dos impactos destrutivos nas suas comunidades, ficando-nos apenas uma noção da existência de um condicionamento político de interferência no direito à liberdade.

Sobre o trabalho análogo ao escravo, não é raro encontrarmos este tipo de violação de direitos em áreas rurais no interior do Brasil e nos noticiários. Obrigado a executar trabalho forçado, degradante (LAZZARI, 2016) e insalubre, esta situação condiciona o indivíduo à ausência de dignidade humana. Por ser geralmente mal remunerado, a este indivíduo é cerceado o direito à liberdade, em razão, muitas vezes, de as horas de trabalho computadas serem insuficientes para pagamento das dívidas contraídas junto ao empregador referente ao seu deslocamento, alimentação e instalações habitacionais.

Deste modo, mesmo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pós holocausto, preconiza como fundamento a “dignidade intrínseca os direitos iguais e inalienáveis a todos os seres humanos” (GRUBBA, 2014, p. 135), muitos grupos ainda lutariam e lutam pelo direito a serem respeitados nas suas especificidades e singularidades. Na atual conjuntura política brasileira, pensamos o que impele muitos brasileiros a aceitarem as desigualdades sociais num estado democrático de direito e também de deveres? Seria o condicionamento a que todos estão sujeitos em razão da relação que estabelece com o seu entorno?

6 | CONSIDERAÇÕES

Cientes de que não temos repostas apresentadas, calorosas discussões e debates existentes hoje em muitos grupos e movimentos de resistência social, os quais procuram sobretudo compreender o atual desenho político e social, transformador e com afrontas aos direitos humanos e sociais estabelecidos. Sabemos que as reflexões de Arendt são premissas importante para referenciar tais leituras de mundo pois igualmente pensadores contemporâneos a referenciam e igualmente procuram denunciar estes tempos. Como processo educativo, estas leituras precedem toda reflexão nestes tempos, tornando a Educação em direitos humanos uma área fundamental de compreensão do mundo.

Com isso, uma busca de mais pensadoras e pensadores atuais na questão de direitos humanos ajudará educadoras e educadores a formularem questões para que a sociedade como um todo possa se ver e refletirem sobre a importância de tratados universais nestes temas. Um bom começo, seria também por tais documentos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018, 403p.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, 119p.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, 120p.

BRITO, Fausto. **A ruptura dos direitos humanos na filosofia política de hannah arendt**. *kriterion*, Belo Horizonte, nº 127, Jun./2013, p. 177-196. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v54n127/n127a10.pdf>. Acesso: 21/03/2019.

CORREIA, Adriano. Hannah Arendt (1906-1975). *Revista Ética & Filosofia Política* (Volume 9, Número 1, junho/2006) 2006. Disponível em: http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_2_adriano.pdf. Acesso: 19/03/2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. *Estudos avançados* 8(20) 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>. Acesso: 20/03/2019.

DAEHNHARDT, Patrícia. **As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência: o caso da Alemanha**. *Relações Internacionais*. Junho: 2014, p. 42. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n42/n42a06.pdf>. Acesso: 21/03/2019.

GRUBBA, Leilane Serratine. Direitos humanos: o paradoxo da condição humana e do mercado autorregulado. In: *Direitos humanos: o paradoxo da condição humana e do mercado autorregulado*. *Revista Direito Internacional*. Brasília, v. 11, n. 1, 2014 p. 133-145. Disponível em: <file:///C:/Users/rober/Desktop/REVISTA%20DIREITO%20INTERNACIONAL.pdf>. Acesso: 22/03/2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, 136p.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, 480p.

RIBEIRO, Renato Janine. **Ética e direitos humanos**. Entrevista com Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v7, n12, p.149-66, fev 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832003000100015. Acesso: 23/03/2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013, 113p.

SECCO, Lincoln. **O centenário da Revolução Russa**. *Estudos Avançados* 31 (91), 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300081. Acesso: 22/03/2019.

LAZZARI, Márcia Cristina. **Direitos humanos e trabalho escravo contemporâneo**. *Passagens*. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* Rio de Janeiro: vol. 8, no.1, janeiro-abril, 2016, p. 62-82. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v8n1a42016.pdf>. Acesso: 23/03/2019.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 1, 12

B

Braille 27, 28, 34, 35, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Bullying 150, 151, 152, 155

C

Controvérsias jurídicas 212, 224

Creche 212, 232

Currículo 30, 33, 34, 35, 92, 105, 113, 212, 231, 358

D

Deficiência Visual 27, 30, 32, 33, 35, 125

Desenvolvimento 51, 62, 66, 71, 76, 78, 100, 152, 202, 211, 223, 224, 225, 226, 260, 285, 300, 305

Desenvolvimento Motor 202

Direitos humanos 178

Disciplina 90

Diversidade 113, 287, 302

Divisão do trabalho 212

E

Educação 2, 5, 2, 12, 13, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 88, 90, 91, 100, 102, 103, 113, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 146, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 178, 191, 192, 200, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 243, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 314, 319, 321, 327, 332, 333, 334, 344, 345, 358, 359

Educação do Campo 36, 273, 275, 276, 280, 286, 287

Educação Especial 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 124, 125, 126, 136, 137, 146, 149, 273, 276, 277, 280, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 301, 302, 304, 305, 306

Educação Inclusiva 126, 127, 138, 140, 144, 146, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 287, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 302, 306

Ensino 1, 29, 34, 35, 64, 72, 73, 78, 103, 150, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 200, 225, 257,

259, 260, 261, 262, 263, 267, 272, 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 312, 314, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 332, 335, 337, 342, 347, 359

Ensino aprendizagem 78

Ensino Colaborativo 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306

Ensino Superior 1, 267, 359

F

Formação Continuada 273, 276

G

Gestão Educacional 64, 257

I

Interdisciplinaridade 90, 91, 100

L

Leitura literária 342

M

Microcefalia 202, 211

Musicalização Infantil 78

P

Paralisia Cerebral 202, 204

Percepção 149, 179, 183, 186, 187

Pessoa com deficiência visual 27

Política educacional 27

Prática Pedagógica 125

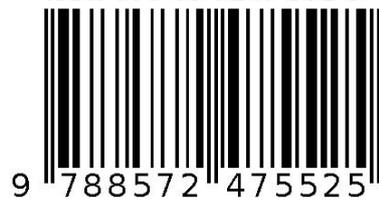
Práticas Docentes 1

S

Sistema Nacional de Educação 257, 258, 272

Surdos 138, 141, 289

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-552-5



9 788572 475525